

CASO MASTER

FGC: 11,8 mil pedidos/hora

Fundo contabiliza 600 mil pedidos, até a noite de ontem, dos 800 mil credores com valores a receber do banco liquidado pelo BC

» PEDRO JOSÉ*

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) iniciou, ontem, o processo de restituição aos clientes do Banco Master, liquidado, em novembro de 2025, pelo Banco Central. Na noite de ontem, o Fundo informou que estão sendo processados 11,8 mil pedidos por hora, o que corresponde a três solicitações por segundo.

Das 800 mil pessoas com valores a receber do Master e das subsidiárias liquidadas extrajudicialmente — Master de Investimento e Letsbank —, 600 mil registraram os pedidos para a devolução no aplicativo até o início da noite de ontem. Desse total, aproximadamente 400 mil credores finalizaram todas as etapas do processo e estão aptas para receberem os pagamentos das garantias.

A medida envolve correntistas e investidores que mantinham recursos aplicados em produtos do Master, como caderneta de poupança, Certificado de Depósito Interbancário (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito Agrícola (LCA).

“Por conta dos requerimentos de segurança e processos de prevenção a fraudes a validação de identidade alguns credores e a liberação de pagamentos podem passar por camadas extras de verificação, o que pode fazer com o que o processo leve mais tempo para ser concluído. Após a confirmação do pagamento, os credores recebem uma cópia do documento assinado, e o processo pode ser consultado, a qualquer momento, no aplicativo”, explicou do FGC.

Os documentos aceitos para a validação da identidade precisam ter foto e CPF. “Pontualmente,



Segundo o FGC, 400 mil pessoas já estão aptas para receberem as garantias do Banco Master

volumes anormais de acessos simultâneos ainda causam alguma lentidão”, destacou a instituição.

A consolidação e a conferência da lista de credores foram realizadas pelo BC, responsável por validar quem tem direito à garantia. “Identificamos pedidos de pessoas que tentam realizar a validação da biometria utilizando um documento sem CPF, o que tem gerado recusas na avaliação da identidade. Importante seguir as orientações que constam no site e no aplicativo do FGC”, informou o Fundo.

O início dos pagamentos ocorre após dois meses do fechamento do Master, o maior intervalo entre a decretação da liquidação e o ressarcimento desde 2013, quando clientes do Banco

Rural aguardaram três meses e seis dias para receber os valores garantidos. Segundo o Fundo, essa demora no caso do Master está relacionada às ações judiciais envolvendo a instituição, o que exigiu cautela adicional na verificação dos credores antes da liberação dos pagamentos.

O aplicativo do FGC travou no último sábado (17), primeiro dia da abertura para os pedidos de resarcimento dos investidores pessoas físicas com recursos aplicados no Master devido ao excesso no volume de acessos ao aplicativo.

Na avaliação de Roberto Panucci, advogado especialista em direito bancário e sócio do Panucci, Severo e Nébias Advogados, o início dos pagamentos aos clientes do Master, do ponto de vista

estritamente formal, revela que a garantia cumpriu sua função. “Os valores cobertos estão sendo restituídos, preservando o principal investido. No entanto, essa constatação é insuficiente para avaliar o impacto econômico real do episódio”, afirmou.

“Entre a liquidação de uma instituição financeira e o efetivo pagamento pelo FGC existe, inevitavelmente, um intervalo de tempo durante o qual os recursos permanecem indisponíveis. Nesse período, o investidor não tem liquidez e não é remunerado. Assim, os CDBs a 130%, 140% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) terão, no fim, uma taxa muito menor — que talvez não tenha sido adequada ao risco assumido”, acrescentou o especialista.

» Pix fica instável

O sistema do Pix, plataforma de pagamentos instantâneos do Banco Central, teve falhas na parte da tarde. De acordo com nota da autoridade monetária enviada ao Correio, foi identificada indisponibilidade decorrente de problemas internos no serviço do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), a base central de dados do Pix. As falhas aconteceram entre 14h31 e 15h10, segundo o BC, e “as equipes técnicas atuaram na identificação e resolução da causa”. Pouco tempo depois, o Pix estava operando normalmente.

Nova CPI no Senado

O Senado Federal atingiu, ontem, o número de assinaturas necessárias para instalar uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dedicada a apurar crimes e fraudes cometidos pelos operadores do liquidado Banco Master. A proposta foi apresentada pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) e conta com 42 assinaturas, 25 a mais do que o mínimo necessário — um terço do Senado.

A proposta amplia a pressão sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que já tem sob a mesa um pedido de abertura de CPI Mista com o número necessário de assinaturas exigido por lei. A diferença entre as duas propostas é que a abertura da CPI depende da leitura do requerimento numa sessão do Congresso Nacional, quando se reúnem deputados e senadores sob a liderança de Alcolumbre. Já a proposta de Girão pode ser lida pelo presidente da Casa Alta já na primeira sessão deliberativa do ano, prevista para dia 1º de fevereiro.

Além da proposta de CPI no Senado, uma CPMI é pleiteada pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ), que reuniu mais de 197 assinaturas — 26 a mais do que o mínimo necessário para instalação do colegiado. Uma outra proposta de CPMI patrocinada pelas deputadas federais Heloisa Helena (PSOL-RJ) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS) segue na fase de coleta de apoios, assim como a iniciativa do deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para que a Câmara crie uma comissão de investigação do caso. (Agência Estado)

Pessoas físicas devem solicitar o ressarcimento pelo aplicativo do FGC, disponível para os sistemas Android e iOS. Já as pessoas jurídicas precisam fazer o pedido por meio do Portal do Investidor. O limite de cobertura do fundo é de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, valor que inclui o principal investido e os rendimentos acumulados até a data da liquidação.

O FGC alertou ainda que não autoriza e credencia nenhum tipo de instituição ou empresa para intermediar negociação para o recebimento do valor garantido, e também não solicita o pagamento de qualquer taxa ou o depósito prévio de valores.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

CPI DO INSS

Embate pela quebra de sigilo

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Parlamentares da CPI recorrem ao ministro André Mendonça, do STF

Integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão recorrer ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tentar reaver dados bancários, fiscais e telemáticos de Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master. As informações foram retiradas do alcance da Comissão por decisão do ministro Dias Toffoli, em dezembro do ano passado.

A CPI aprovou, em 4 de dezembro, a quebra dos sigilos do banqueiro no âmbito das investigações sobre irregularidades em empréstimos consignados vinculados ao Instituto INSS. No entanto, oito dias depois, Toffoli determinou sigilo absoluto aos dados do processo do Master, do qual ele é relator, esvaziando, segundo os parlamentares, parte central da apuração da Comissão. Eles sustentam que o acesso às informações é indispensável para aprofundar as investigações sobre a atuação do Master, que teria concedido mais de 250 mil empréstimos consignados com indícios de fraude.

O volume de casos suspeitos foi revelado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e, posteriormente, confirmado pelo presidente do INSS, que sinalizou de uma atuação estruturada e reiterada no âmbito do crédito consignado do INSS.

Gilberto Waller Júnior, que reconheceu a existência de indícios de irregularidades nas operações da instituição financeira.

Criada para apurar crimes relacionados a descontos associativos ilegais em aposentadorias e pensões, além de fraudes em consignados, a CPI argumenta que os fatos não se restringem a episódios pontuais. Para os parlamentares, há sinais de uma atuação estruturada e reiterada no âmbito do crédito consignado do INSS.

O pedido encaminhado ao ministro André Mendonça é assinado por integrantes da oposição que ocupam postos-chave no colegiado, como o relator da CPI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), além dos senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (Novo-CE) e dos deputados Marcel van Hattem (Novo-RS), Adriana Ventura (Novo-SP) e Luiz Lima (Novo-RJ).

Na petição, o grupo afirma que os novos elementos reforçam um conjunto probatório já consistente.

VOA BRASIL

Fracasso por “desconhecimento”

» FRANCISCO ARTUR FILHO

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, usou o termo “desconhecimento” para justificar o fato de o Programa Voa Brasil — iniciativa do governo federal que disponibiliza passagens aéreas a R\$ 200 a aposentados — atingir a venda de apenas 1,7% dos 3 milhões de bilhetes prometidos há 17 meses.

“Temos dados que mostram que 98% dos aposentados do Brasil não conhecem o Voa Brasil. É isso que temos discutido

internamente com o nosso time de comunicação”, afirmou Costa Filho, ontem, em conversa com jornalistas, no auditório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Preços caem 11%

Dados apresentados, ontem, pela Anac mostraram que houve queda de quase 11% no preço dos bilhetes no período de 2022 e 2025. Essa queda foi registrada em meio ao aumento da demanda por voos nacionais e internacionais.

“Na medida em que a gente bateu recordes, em 2022, tivemos 97 milhões de passageiros. Terminamos o ano (de 2025) agora com quase 130 milhões de passageiros”, disse Costa Filho.

Na conversa com jornalistas, o presidente da Anac, Tiago Faiersstein, também disse que a agência anunciará, hoje, mudanças na interpretação da resolução 400 — estabelece as Condições Gerais de Transporte Aéreo no Brasil —, com o objetivo de fomentar a segurança jurídica no setor aéreo.

Hospede-se no **Windsor Marapendi** e viva o Carnaval com todo conforto.



Localização privilegiada



Gastronomia internacional



Atendimento personalizado



Serviços exclusivos

Aproveite o evento que abre alas para o maior espetáculo do mundo



FEIJADA
CARNAVALESCA 2026
WINDSOR BARRA
14 FEV | 13h às 19h

PARCELE EM ATÉ **6X** SEM JUROS
Adquira seu ingresso em windsortickets.com.br



Reserve agora - windsorhoteis.com